



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA | DFD

Unidade Demandante: Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia – ESDEP

Setor Responsável: Subdefensoria Pública

Processo SEI nº: 01.0506.2025.000017069-7

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de capacitação técnica para operação de aeronave remotamente pilotada (drone), modelo DJI Mavic Mini, destinada a servidores(as) da Defensoria Pública do Estado da Bahia

Período: A definir – 20 (vinte) horas/aula, com 01 (uma) aula por semana

Modalidade: Presencial (aulas teóricas no Auditório da ESDEP e aulas práticas em espaço aberto a ser definido)

1. Descrição da Necessidade

Trata-se da necessidade de contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de capacitação técnica voltada à operação de aeronave remotamente pilotada (drone), modelo DJI Mavic Mini, integrante do acervo patrimonial da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

A capacitação destina-se à formação de 05 (cinco) servidores(as) da Instituição para a operação segura, eficiente e regulamentada do equipamento, com foco em atividades institucionais de natureza técnica e operacional, compreendendo:

- Vistorias técnicas e inspeções em áreas de difícil acesso;
- Levantamentos territoriais georreferenciados;
- Documentação audiovisual de situações de interesse institucional;
- Apoio a ações conjuntas com outros órgãos públicos (fiscalizações ambientais, urbanísticas e estruturais);

- Monitoramento e registro técnico em campo.

O curso será estruturado em 04 (quatro) módulos temáticos, com carga horária total de 20 (vinte) horas/aula, distribuídas entre conteúdos teóricos e práticos, com 01 (uma) aula por semana, nos termos do Projeto Pedagógico anexo:

- Módulo I – Introdução e Legislação (Teórico): 04 horas – abrange conceitos básicos de aeronaves remotamente pilotadas (RPA), classificação de drones, regulamentação brasileira (ANAC, DECEA e ANATEL), responsabilidades do operador e noções de segurança operacional;
- Módulo II – Equipamento e Operação (Teórico-Prático): apresentação do DJI Mavic Mini, componentes, funcionalidades, configuração inicial, checklists de voo e planejamento de missões;
- Módulo III – Pilotagem e Técnicas de Voo (Prático): decolagem, pouso, manobras básicas, controle de estabilidade, navegação, simulação de situações reais e procedimentos de emergência;
- Módulo IV – Captação e Uso de Imagens (Prático): fotografia e filmagem aérea, enquadramento, composição, armazenamento de dados e aplicação em relatórios técnicos.

As aulas teóricas serão realizadas no Auditório da Escola Superior da Defensoria Pública (ESDEP), com transmissão pela plataforma Zoom e gravação para consulta posterior. As aulas práticas de pilotagem ocorrerão em espaço aberto a ser previamente definido, com utilização do drone institucional (DJI Mavic Mini), controle remoto e acessórios já pertencentes ao acervo da Defensoria Pública.

2. Justificativa da Contratação

A contratação fundamenta-se na conjugação de fatores técnicos, normativos, institucionais e de segurança operacional, detalhados a seguir:

2.1. Exigência Regulatória

A operação de aeronaves remotamente pilotadas exige conhecimento técnico específico e o estrito cumprimento das normas estabelecidas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). A ausência de capacitação adequada pode

acarretar infrações regulatórias, responsabilização administrativa e comprometimento da integridade física de servidores e terceiros, configurando risco institucional relevante.

2.2. Aproveitamento de Ativo Patrimonial

O drone modelo DJI Mavic Mini já integra o patrimônio da Defensoria Pública do Estado da Bahia. A não qualificação dos servidores para sua operação representa subutilização de recurso público já adquirido, com consequente desperdício de investimento institucional anterior. A capacitação ora proposta visa maximizar o aproveitamento deste ativo e assegurar retorno efetivo ao erário.

2.3. Ampliação da Capacidade Operacional

O uso estratégico de drones permite à Defensoria Pública ampliar sua capacidade de atuação em contextos que demandam celeridade, precisão técnica e segurança operacional, especialmente em: (i) inspeções estruturais e ambientais em locais de risco ou difícil acesso; (ii) levantamentos territoriais de áreas ocupadas irregularmente; (iii) produção de provas e registros técnicos de alta qualidade; e (iv) operações interinstitucionais com outros órgãos de fiscalização.

2.4. Segurança dos Servidores

A utilização adequada de drones contribui significativamente para a mitigação de riscos à integridade física dos servidores, reduzindo a necessidade de exposição direta a ambientes insalubres, perigosos ou de difícil locomoção, enquanto assegura maior precisão e qualidade na coleta de dados e evidências.

2.5. Eficiência e Economicidade

Trata-se de investimento estratégico em capital humano, com impacto direto na eficiência, segurança e qualidade dos serviços prestados à população. A capacitação promove padronização de procedimentos técnicos, redução de custos operacionais com contratações externas para atividades que poderão ser realizadas internamente e qualificação da produção de informações técnicas e probatórias.

3. Quantitativo Estimado

3.1. Objeto da Contratação

01 (uma) contratação de empresa especializada para ministrar curso de capacitação técnica para operação de drone, com as seguintes especificações:

- Carga horária total: 20 (vinte) horas/aula;
- Frequência: 01 (uma) aula por semana;
- Módulo Teórico: 04 (quatro) horas;
- Módulo Prático: 16 (dezesesseis) horas;
- Número de participantes: 05 (cinco) servidores(as) da Defensoria Pública do Estado da Bahia, a serem indicados(as) pela Administração;
- Local: Auditório da ESDEP (módulos teóricos) e espaço aberto a ser definido (módulos práticos), em Salvador/BA.

3.2. Público-alvo

Servidores(as) da Defensoria Pública do Estado da Bahia, especialmente aqueles(as) vinculados(as) à Divisão de Modernização Institucional (DMI), à Assessoria de Comunicação (ASCOM) e à Coordenadoria de Suporte Administrativo (CSA), cuja atuação institucional demande o uso de tecnologias de monitoramento, registro técnico e levantamentos em campo.

4. Estimativa de Valor

A estimativa de custos foi obtida mediante pesquisa de mercado realizada com empresas especializadas em capacitação para operação de drones, sediadas em Salvador/BA, considerando carga horária de 20 (vinte) horas/aula e turma de até 05 (cinco) participantes:

Empresa Fornecedora	Qtd. Horas/Aula	Valor Total (R\$)
Baleeiro	20	3.000,00
Drone Bahia	20	4.700,00
Freedone	20	7.550,00
Média dos valores pesquisados (valor de referência)		5.083,33
Menor valor (proposta mais vantajosa)		3.000,00

O valor de referência para fins de contratação será o menor preço apurado na pesquisa de mercado, correspondente a R\$ 3.000,00 (três mil reais), proposto pela empresa Baleeiro, por 20 (vinte) horas/aula, o que equivale ao valor unitário de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por hora/aula.

A adoção do critério de menor preço observa os princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 11, II, e art. 33 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da verificação da qualificação técnica do fornecedor contratado.

5. Previsão Orçamentária

A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta de recursos do Fundo de Assistência Judiciária – FAJ, observada a disponibilidade orçamentária e financeira e em conformidade com a dotação destinada às atividades de capacitação e aperfeiçoamento institucional da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia – ESDEP.

A remuneração do prestador de serviço encontra fundamento específico na Resolução FAJDPE-BA nº 001/2024, editada pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Assistência Judiciária da Defensoria Pública do Estado da Bahia, com base no art. 2º, I e III, e no art. 5º, I, da Lei Estadual nº 11.045/2008, e no art. 73 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 26/2006, que regulamenta a remuneração de instrutores, professores, seminaristas, debatedores e conferencistas em cursos e demais eventos promovidos ou apoiados pela ESDEP.

Tratando-se de contratação de pessoa jurídica (empresa especializada), aplica-se o processo regular de contratação previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser observadas as modalidades licitatórias pertinentes ou as hipóteses de contratação direta, conforme o valor estimado e as circunstâncias fáticas apuradas na instrução processual.

O valor estimado de R\$ 3.000,00 (três mil reais) enquadra-se no limite previsto para dispensa de licitação por valor, nos termos do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser verificada a adequação à dotação orçamentária vigente antes da formalização da contratação.

6. Indicação do Alinhamento ao Planejamento Institucional | Plano de Contratações Anual (PCA)

A presente contratação não se encontra contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) vigente, tendo em vista que a necessidade surgiu supervenientemente ao planejamento inicialmente realizado, revelando-se imprescindível para o atendimento da demanda institucional.

Não obstante, a presente demanda está plenamente alinhada às diretrizes estratégicas da Defensoria Pública do Estado da Bahia e da ESDEP, notadamente:

- Política institucional de capacitação e aperfeiçoamento contínuo dos servidores, com foco em inovação e eficiência;
- Incorporação de tecnologias na prestação dos serviços públicos, em consonância com o princípio constitucional da eficiência administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal);
- Otimização do uso de recursos patrimoniais já adquiridos, evitando sua subutilização ou obsolescência por desconhecimento técnico;
- Fortalecimento da capacidade operacional da instituição frente às demandas contemporâneas, com ampliação da qualidade dos serviços prestados à população vulnerável;
- Conformidade com as normas regulatórias vigentes (ANAC, DECEA, ANATEL), promovendo atuação responsável e juridicamente segura dos servidores.

A necessidade de capacitação enquadra-se no objeto institucional da ESDEP, cujo papel é promover a formação e o aperfeiçoamento técnico-profissional dos membros e servidores da Defensoria Pública, nos termos de sua norma instituidora.

7. Encaminhamento ao Termo de Referência

Encaminha-se o presente Documento de Formalização da Demanda – DFD, devidamente instruído com o Projeto Pedagógico, a Planilha de Estimativa de Custos (pesquisa de mercado com 03 fornecedores) e demais documentos pertinentes, para análise pela unidade de contratações e elaboração do respectivo Termo de Referência (TR), com vistas à instrução do processo administrativo de contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

O Termo de Referência deverá contemplar, no mínimo:

- Descrição detalhada do objeto e das condições da contratação;
- Especificações técnicas mínimas exigidas para o prestador de serviço;
- Critérios de habilitação técnica, incluindo comprovação de experiência em capacitação para operação de drones;
- Modelo de execução e cronograma de aulas;
- Critérios de medição e pagamento;
- Obrigações do contratante e do contratado;
- Penalidades e demais cláusulas essenciais.

Solicita-se, outrossim, que seja verificada a adequação orçamentária e a pertinência da modalidade de contratação aplicável ao caso, considerando o valor estimado e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à possibilidade de aplicação do art. 75, II (dispensa de licitação por valor).